

Cada vez mais o âmbito *local* da vida política é valorizado. Este âmbito, em termos administrativos, corresponde, na nossa pesquisa, ao ente administrativo *Município*. Mas, no espaço *local*, também ocorre a vida cotidiana das pessoas. Ou seja, é na *cidade*, inserta no Município, que as pessoas moram, trabalham, circulam e recreiam, na divisão clássica das funções das cidades. Verificando a insuficiência desta concepção, e notando também que grande parcela da população não pode sequer pensar em usufruir dos serviços das cidades, mesmo que ineficazes, pois não trabalham, não recreiam – enfim, estão alijados das relações de interdependência sociais – que o projeto tenta procurar novos marcos teóricos na demarcação de uma função social da cidade. Conscientes que a busca da função social da cidade só se dará através da Democracia, tentamos pensar uma nova perspectiva da cidade: a de viabilizar a participação democrática. É na cidade que a pessoa participa da vida política. E os instrumentos e pressupostos para uma democracia radical, dentre os quais uma ética democrática de participação, serão estudados no projeto. A pesquisa realizada foi eminentemente bibliográfica, abrangendo tanto as questões filosóficas, que assentaram as bases do trabalho, quanto as questões empíricas, em que perfizemos um estudo de caso nas cidades que obtiveram resultados significativos em termos de gestão democrática. Não olvidamos de colocar sugestões e indicar caminhos que consideramos serem primordiais na busca de uma gestão democrática. Sendo a democracia justamente o lugar dos espaços vazios, não podemos pensar em soluções absolutizantes, definitivas, que preencham os lugares de um devir democrático que pertence à população. Deste vício – a absolutização do conceito – a Democracia Representativa foi vítima, fechada em sua clausura há mais de trezentos anos. Portanto, uma Democracia Participativa não deve ter pontos de partida inegáveis, nem métodos infalíveis. A prática da gestão democrática é que vai mostrar os níveis adequados de participação-rapidez na resposta às demandas, o que não impede a busca de melhores e outros caminhos via teórico-investigativa. Pelo contrário, essa práxis só vem a enriquecer a Democracia. Tanto é assim que as cidades que se destacaram na década passada por sua administração altamente satisfatória foram as que abriram canais de voz para uma população carente de possibilidades de satisfação de demandas públicas. O ponto inegável, que pertence à própria idéia de Democracia Participativa, não sendo, portanto, ponto de partida, mas sim algo inerente, é a questão da abertura a todos da participação. E a ética que envolve esta idéia um tanto singela, a participação de todos, mas combatida na prática, é tratada neste projeto. Dentre as condutas importantíssimas para o pensar democrático, adiantamos a tolerância radical, que, se pensada em âmbito municipal, onde realmente ocorrem conflitos, é um valor imperioso a ser pensado e propagado ante a cidadania. (FAPERGS).